



Guy Menezes clarifica questão da gestão partilhada

supostos de transferência para as regiões autónomas de competências da administração central quanto ao espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional adjacente ao arquipélago, salvo quando esteja em causa a integridade e soberania do Estado”.

O deputado António Ventura, deputado do PSD/Açores à Assembleia da República, deixou claro na comissão do Parlamento nacional que “é entendimento do PSD que a autonomia ainda não está totalmente aprofundada e que aquele partido é a favor de uma “maior” autonomia na gestão do mar. Reforçou a importância da clarificação da ideia de gestão partilhada e/ou gestão conjunta relativamente à Lei n.º 17/2011”.

O deputado João Castro, do PS à Assembleia da República, realçou “a unanimidade gerada na Região Autónoma sobre o assunto são muito importantes para essa clarificação. Reforçou a importância do assunto para o País, dizendo que se percebe que a soberania nacional está salvaguardada nas duas propostas”.

A Deputada da Assembleia da República, Patrícia Fonseca, do CDS, disse concordar com “alguns princípios que constam nas propostas, mas que, na perspectiva do CDS, não é necessário proceder-se a qualquer alteração à Lei n.º 17/2014, referindo que a Lei de Bases já prevê a gestão partilhada, nomeadamente no seu artigo 8.º que prevê a consulta prévia às regiões autónomas e ao não excluir a possibilidade de gestão partilhada”.

No entanto, a deputada refere “não se oporem a um aprofundamento do conceito”. Por fim referiu que “se o assunto não está resolvido deve-se principalmente à Região Autónoma pelo facto de a mesmo ter apresentado um recurso junto do Tribunal Constitucional sobre a matéria”.

A Deputada da AR, Paula Santos, do PCP,



Zuraida Soares, do BE, defende o seu diploma

interviu referindo que há da parte do PCP “sensibilização” sobre as matérias apresentadas. Referiu que, “no entanto, é importante assegurar, nesta como em outras matérias, as questões de soberania nacional”.

Referiu que o PCP esteve contra a Lei de Bases n.º 17/2104 porque a mesma prevê “a privatização do espaço marítimo nacional, ainda que por um tempo determinado, e que a concessão prevista é bem reveladora disso”.

Referiu ainda que “já existem grandes grupos económicos interessados na exploração do espaço marítimo português e que sabemos que vêm principalmente à procura do lucro. Por fim disse ser uma matéria que merece a maior atenção por parte do PCP”.

O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda na Comissão de Ambiente e Trabalho, “devendo tal posição ser entendida como uma concordância na ‘generalidade’, e um reconhecimento do mérito relativo da mesma, no sentido dum consensualização que este parlamento vem construindo nesta matéria, ao nível técnico-jurídico e político”.

Os socialistas açorianos consideram “cristalino, como até alguns sectores do tribunal constitucional reconhecem, que ‘gestão partilhada’ é um conceito que, admitindo embora graus e matices, há-de ser sempre mais do que o direito de consulta a que na prática” a actual lei em vigor do governo PSD/PP, “na sua redacção actual, pretende degradá-lo”.

O parecer acabou por ser aprovado por maioria com os votos do PS e do Bloco de Esquerda com os outros partidos a remeterem a sua posição para plenário da Assembleia Legislativa Regional.

João Paz

Ministra do Mar recusa dar opinião ao Parlamento dos Açores

Instada a pronunciar-se, no âmbito da audição da Comissão da Agricultura e Mar da Assembleia da República, a Ministra do Mar enviou ao Presidente da Comissão um e-mail com o seguinte teor: “Exmos Senhores,

Em relação ao vosso pedido de reunião sobre, a anteproposta de lei que Altera a Lei n.º 17/2014, de, 10 de Abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional e a anteproposta de lei que Altera a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, em discussão na Comissão Permanente de Assuntos

Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Ministério do Mar entende não se dever pronunciar, por respeito institucional aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores e, por nesta fase, não se dever imiscuir, no debate interno do Mar”, o que não quer dizer que “não venha a assumir as suas responsabilidades e competências, se e quando a iniciativa transitar para a Assembleia da República, bem como na sua relação normal com o Governo Regional dos Açores. Com os melhores cumprimentos. Ana Paula Vitorino Ministra do Mar Minister of Seas”



Por: João Bosco Mota Amaral

Em defesa de Rui Rio

Poucos líderes partidários, na nossa vivência democrática de já mais de quatro décadas, têm sido tão perseguidos e maltratados como o actual Presidente do Partido Social Democrata, Rui Rio. Talvez mesmo nenhum...

Não lhe foi consentido sequer o habitual período de estado de graça, correspondente ao início de funções. Ainda mal saído da campanha eleitoral interna, que o levou a ganhar as eleições contra o antigo Presidente do PSD e Primeiro-ministro Pedro Santana Lopes, agora líder de um outro partido, já lhe caíam em cima as mais diversas contestações e intrigas, visando dificultar e enfraquecer a sua liderança.

Decididamente, Rui Rio não agrada a uma certa ala do PSD, identificada com a ex-PAF e a sua deriva de Direita, que subordinou o Partido aos ditames da Troika e também aos interesses do Capital, com os quais o parceiro de coligação sempre foi visto como identificado. São aliás os tenores da anterior governação no Parlamento os mais encarniçados detractores do novo líder social-democrata. E tudo indica que têm tido origem nas bancadas do Grupo Parlamentar as várias campanhas de descredibilização, amplamente repercutidas nos media mais alinhados com o Governo em funções e os partidos políticos que o apoiam.

Certo é que nem tudo tem corrido bem a Rui Rio. As sucessivas questões levantadas a respeito de membros da sua equipa algum fundamento tinham. E as posições políticas da Direcção do PSD nem sempre foram bem explicadas ou sequer oportunas. Por outro lado, parece agora evidente que a herança deixada pelo passismo no Parlamento reveste aspectos lamentáveis, em termos de critérios comportamentais.

Não é, porém, verdade que Rui Rio não assuma a sua responsabilidade de líder do primeiro e maior partido da Oposição: com efeito ele tem criticado o Governo em tudo aquilo que tal merece! E tem apresentado soluções alternativas para os problemas nacionais! O que se não se pode é pedir-lhe uma crítica sistemática e partidária, porque isso não faz sentido e é claramente rejeitado pelos cidadãos. Além de que, logo que formalizou a sua candidatura, o antigo Presidente da Câmara Municipal do Porto excluiu expressamente tal tipo de atitudes, infelizmente comuns no debate político em Portugal, prometendo uma linha de rumo diferente

Ora, o Governo tem muito que se lhe diga e Rui Rio não o tem poupado, nomeadamente ao denunciar a irresponsabilidade de muitas decisões, que visam o aplauso fácil e imediato de alguns grupos sociais, como ainda agora aconteceu com o anúncio do fim das propinas universitárias. Outro assunto por ele abordado vigorosamente é o adiamento do enfrentamento de problemas de fundo, aproveitando a conjuntura favorável para corrigir situações que podem

vir a onerar perigosamente o País na hipótese de um eventual arrefecimento da conjuntura económica europeia e mundial, que parece aliás estar iminente. Aponta-se a este respeito o peso da dívida pública, que não tem parado de crescer.

O Governo pratica uma prestidigitação constante e Rui Rio também tem para isso alertado a opinião pública. Os serviços de Saúde e Educação estão num processo de erosão de qualidade deveras preocupante, devido às famosas cativações do Ministro das Finanças, que tantos elogios lhe proporcionam nas instâncias europeias.

O Governo não cumpre os seus compromissos formais com as Universidades, como referiu ainda há poucos dias o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, atacando a Autonomia Universitária e impondo ao sistema de ensino superior público um autentico garrote financeiro. As greves alastram e arrastam-se, provocando mal-estar entre os queixosos e igualmente entre os cidadãos. Duvido muito que, perante um tal estado de coisas, os cidadãos em geral estejam disponíveis para dar apoio expresso ao Governo nas próximas eleições legislativas!

Talvez por sentir isso mesmo, o Governo arrancou agora com uma intensa operação de propaganda, que lembra os tempos ominosos da liderança socratiana. Não passa semana ou sequer mesmo dia sem que sejam anunciadas obras faraónicas no valor de milhares de milhões, que simplesmente não existem senão na imaginação dos participantes nas solenes sessões correspondentes. Aliás tudo é calendarizado para depois das eleições, deixando subentendido: - vota primeiro e depois talvez vejas...

Tudo isso é patente e os cidadãos de tal estão cientes. O ataque mais recente a Rui Rio, desafiando-o a renunciar ao mandato recebido dos militantes, que incluiu a liderança dos processos eleitorais que se avizinham, desestabiliza o PSD em vésperas de eleições europeias e contribui para o enfraquecer destas e nas eleições seguintes. Constitui portanto objectivamente um belo serviço ao Governo e ao PS!

Corajosa e esclarecidamente respondeu Rui Rio, convocando o Conselho Nacional, órgão máximo do Partido entre congressos, perante o qual ele próprio tomará a iniciativa de apresentar uma moção de confiança. Dada a gravidade da situação, é de esperar que seja requerida a votação nominal da dita moção, a fim de cada um dos conselheiros assumir plenamente as suas responsabilidades.

João Bosco Mota Amaral
(Por convicção pessoal, o Autor não respeita o assim chamado Acordo Ortográfico.)